

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

ENTRE

A SUPERINTENDENCIA FINANCIERA DE

COLOMBIA

E

O BANCO CENTRAL DO BRASIL

A RESPEITO DE COOPERAÇÃO MÚTUA E

INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES PARA

FINS DE SUPERVISÃO ABRANGENTE,

CONSOLIDADA E TRANSFRONTEIRIÇA, E

DE RESOLUÇÃO DE

INSTITUIÇÕES/CONGLOMERADOS

SUPERVISIONADOS



Introdução

1. A *Superintendencia Financiera de Colombia (SFC)* e o Banco Central do Brasil (BCB), doravante definidos como "as Autoridades", manifestam a sua disposição para cooperar mutuamente com base no entendimento e confiança mútuos e estão de acordo em basear sua cooperação em matéria de supervisão e resolução de Instituições Supervisionadas, de acordo com os princípios e procedimentos descritos neste Memorando de Entendimento (MoU) e com as normas vigentes em cada jurisdição. Ambas Autoridades reconhecem os Princípios Essenciais para Supervisão Efetiva emitidos pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS, em sua sigla em inglês) e demais padrões emitidos por outros organismos internacionais em matéria financeira, aplicáveis em uma ou outra jurisdição.

2. A SFC, representada legalmente pelo *Superintendente Financiero*, é um organismo técnico vinculado ao *Ministerio de Hacienda y Crédito Público*, com personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio de acordo com o artigo 11.2.1.1.1. do Decreto nº 2.555, de 2010.

A SFC é o supervisor nacional das entidades que compõem o setor bancário, segurador, previdenciário, o mercado de valores, as *holdings* financeiras e os conglomerados financeiros, sob as leis colombianas.

3. O BCB é a autoridade responsável pela regulação, supervisão e resolução das instituições financeiras e instituições de pagamento no Brasil, nos termos dos artigos 9º e 10, Inciso IX, da Lei 4.595, de 1964 (Lei Nacional do Sistema Financeiro), artigo 1º da Lei 6.024, de 1974, e artigo 1º do Decreto-Lei 2.321, de 1987 (Leis de Resolução), e dos Artigos 9º, 10 e 15 da Lei 12.865, de 2013. O BCB é um órgão federal com personalidade jurídica própria, atuando como braço executivo do Conselho Monetário Nacional (CMN), que é o órgão encarregado de definir as principais políticas e regras do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Princípios Orientadores do MoU

4. Todas as disposições do MoU devem ser lidas e entendidas de acordo com os seguintes princípios orientadores:
 - 4.1. As Autoridades expressam, por meio do MoU, sua disposição de cooperar entre si, com base na confiança mútua, reciprocidade e entendimento para a supervisão de Instituições/Conglomerados Supervisionados e Estabelecimentos Transfronteiriços que operam em suas respectivas jurisdições.
 - 4.2. As disposições do MoU não possuem a intenção de criar obrigações legais e de maneira alguma substituirão as leis internas de cada país. Portanto, na consecução do MoU, as Autoridades atuarão de acordo com a legislação ou regulação em vigor em sua respectiva jurisdição. O MoU não é considerado um acordo internacional, nos termos da legislação colombiana ou brasileira, e não estabelece obrigações juridicamente vinculantes, nem revoga qualquer disposição da legislação ou regulamentação em vigor.
 - 4.3. Todas as informações e documentos compartilhados sob a égide do MoU encontram-se protegidos pelo regime de confidencialidade nele estabelecido e na Legislação ou Regulamento vigente.

Definições

5. Para os efeitos do MoU, se define:
 - 5.1. **“Instituição/Conglomerado Supervisionado”**: Este conceito pode significar indistintamente tanto a instituição independente que se encontra sujeita à supervisão de qualquer das Autoridades, como o conjunto de entidades que operam no país de alguma das Autoridades, com um controlador comum, e que exercem uma atividade supervisionada por tais Autoridades.

Para o caso da SFC, ostentam a qualidade de instituição Supervisionada as seguintes: estabelecimentos de crédito; sociedades especializadas em depósitos e pagamentos eletrônicos; sociedades fiduciárias; armazéns gerais de depósito; sociedades administradoras de fundos de pensão e de seguro-desemprego; entidades administradoras de planos de aposentadoria, invalidez ou morte (*prima media*); companhias de seguros; cooperativas de seguros; sociedades de resseguro; sociedades de capitalização; administradoras de riscos profissionais; corretoras de seguros e de resseguros; sociedades de intermediação de câmbio e de serviços financeiros especiais; *Banco de la República*; escritórios de representação de organismos financeiros, de resseguradoras e de entidades do mercado de valores do exterior; bolsas de valores e seus operadores (*comisionistas*); bolsas de bens e produtos agropecuários, agroindustriais e de outras '*commodities*', seus operadores (*comisionistas*) e as entidades que realizam a compensação e liquidação de suas operações; depósitos centralizados de valores; entidades administradoras de sistemas de negociação de valores; entidades administradoras de sistemas de compensação e liquidação; câmaras de risco central de contraparte; sociedades administradoras de investimentos; sociedades qualificadoras de riscos; companhias securitizadoras; entidades que administrem sistemas de negociação e registro de divisas, sociedades administradoras de sistemas de compensação e liquidação de divisas; e em geral todas as entidades ou atividades que por mandato legal estão ou venham a estar submetidas à inspeção e vigilância da SFC, ou sujeitas a seu controle.

Adicionalmente, conforme a Lei nº 1.870, de 2017, são entidades supervisionadas a *holding* financeira e as demais entidades que compõem o Conglomerado Financeiro.

Da mesma forma, as sucursais de bancos e de companhias de seguros do exterior são entidades supervisionadas e também estão submetidas a inspeção e vigilância da SFC.

Para o caso do BCB, ostentam a qualidade de Instituição Supervisionada, as instituições autorizadas ou supervisionadas pelo BCB, sob as Leis e Regulamentos aplicáveis, tais como: o artigo 10, incisos IX e X, a Lei do Sistema Financeiro Nacional (Lei 4.595, de 1964) e artigo 9º, inciso V, da Lei 12.865, de 2013, entre outros.

- 5.2. **“Estabelecimento Transfronteiriço”**: é uma instituição financeira ou instituição de pagamento sob a supervisão do Supervisor Anfitrião e que tenha uma ou mais das seguintes características:
- a) Ser filial ou subsidiária de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado pelo Supervisor de Origem;
 - b) Ser a sucursal, agência ou escritório de representação de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado pelo Supervisor de Origem, ou ter assinado um contrato de correspondente para prestar, executar ou promover os produtos e/ou serviços deste no país do Supervisor Anfitrião;
 - c) Qualquer instituição que, em virtude de investimentos diretos ou indiretos de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado estabelecido na jurisdição do Supervisor de Origem, esteja sujeita à supervisão de qualquer das Autoridades;
 - d) Qualquer outra sobre a qual seja necessária uma supervisão abrangente, consolidada e transfronteiriça pelo Supervisor de Origem.
- 5.3. **“Supervisor de Origem”**: O supervisor situado na República da Colômbia ou no Brasil, responsável pela supervisão de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado.
- 5.4. **“Supervisor Anfitrião”**: O supervisor situado na República da Colômbia ou no Brasil, responsável pela supervisão de um Estabelecimento Transfronteiriço.
- 5.5. **“Inspeção *in situ*”**: É a visita de inspeção realizada nas instalações de uma

Instituição Supervisionada e/ou de um Estabelecimento Transfronteiriço localizado na jurisdição da outra Autoridade, por parte do Supervisor de Origem, ou do Supervisor Anfitrião, conforme o caso, por meio de funcionários devidamente autorizados.

5.6. **"Inspeção *extra situ*":** É a inspeção realizada nas instalações do Supervisor de Origem ou do Supervisor Anfitrião, com relação a uma Instituição Supervisionada e/ou um Estabelecimento Transfronteiriço.

5.7. **"Informação de segurança cibernética e resiliência":**

- a) O conhecimento sobre incidentes e ameaças cibernéticos ocorridos no setor financeiro nas respectivas jurisdições;
- b) Informações relacionadas ao risco cibernético e à resiliência operacional, relevantes para o setor financeiro e que chamem a atenção das Autoridades;
- c) Informações sobre legislação, estratégias e políticas cibernéticas nacionais, bem como procedimentos de gestão de incidentes cibernéticos definidos pela Autoridade;
- d) Informações que permitam coordenar a resposta a incidentes cibernéticos que tenham impacto tanto na Autoridade como nas Instituições Supervisionadas.
- e) Os resultados das ações de supervisão implementadas para avaliar os controles de segurança da informação e segurança cibernética das Instituições Supervisionadas.

5.8. **Legislação ou Regulação Vigente:**

- a) A Constituição e qualquer lei, decreto, circular ou regulamento aplicável na Colômbia ou no Brasil; e

- b) Qualquer norma, diretriz, regra ou política que tenham sido emitidas por, ou que devam ser tidas em conta por uma das Autoridades ou pelas entidades sujeitas a sua supervisão, em seu respectivo país.

Escopo

6. O objetivo do MoU é estabelecer mecanismos que facilitem a cooperação e o compartilhamento de informações entre as Autoridades, promovendo a integridade, estabilidade e eficiência das Instituições/Conglomerados Supervisionados e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços. Isso, a fim de facilitar o exercício dos poderes que competem a cada uma das Autoridades, bem como promover o desenho e a construção de metodologias de supervisão conjunta, quando necessário para cumprir o escopo do MoU.
7. As Autoridades têm a intenção de cooperar na supervisão e resolução de Instituições/Conglomerados Supervisionados e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços.

Intercâmbio de informação

8. O escopo da cooperação incluirá o intercâmbio de informações relacionadas com as seguintes atividades: i) processo de autorização ou licenciamento de potenciais Instituições Supervisionadas e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços; ii) supervisão permanente de Instituições/Conglomerados Supervisionados e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços; iii) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo; iv) planejamento da resolução e execução de medidas de resolução de Instituições Supervisionadas e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços; e v) as que tenham relação com a governança e gestão de provedores, a operação, os recursos tecnológicos, segurança da informação, segurança cibernética e continuidade dos negócios para o setor financeiro nas

respectivas jurisdições, sempre que se encontre dentro do escopo de competência.

9. As solicitações de informações serão realizadas por escrito entre as pessoas designadas no Anexo A do MoU. Nas circunstancias em que as Autoridades percebam a necessidade de uma ação tempestiva, as solicitações poderão ser efetuadas de qualquer forma ou por qualquer meio, no entanto, deverão ser posterior e oportunamente confirmadas por escrito. As Autoridades devem informar sobre qualquer mudança na pessoa de contato listada no referido Anexo, assim que for possível.
10. Após o recebimento de um pedido por escrito por parte de qualquer das Autoridades, para obter informações sobre uma Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço, a Autoridade receptora da solicitação se esforçará para prestar a informação solicitada, inclusive nos casos em que estiver contida em relatórios de inspeção ou em outros registros, sempre que a Legislação ou Regulação Vigente o permita. Tais informações não devem conter dados bancários individualizados do passivo do balanço da respectiva instituição, observado o disposto no parágrafo 31. Quando se tratar de intercâmbio de informação relacionada com aspectos de segurança e defesa cibernética, as Autoridades procurarão adotar as melhores práticas estabelecidas em protocolos de reconhecimento internacional, tais como o "*Traffic Light Protocol*" (TLP) ou instrumentos similares.

Adicionalmente, a entrega de informação sob o MoU poderá ser negada, na medida permitida pela Legislação ou Regulação Vigente, por motivos de interesse público, segurança nacional, ou quando sua divulgação possa interferir com uma investigação em curso.

11. As Autoridades estão habilitadas a exercer uma supervisão abrangente e consolidada dos Conglomerados Financeiros. Em consequência, o escopo do MoU

em relação aos efeitos do intercâmbio de informações e à cooperação mútua para a supervisão consolidada, abrangente e transfronteiriça, se estenderá também às entidades que façam parte de tais Conglomerados.

Licenciamento

12. O Supervisor Anfitrião notificará o Supervisor de Origem sobre as solicitações de aprovação, e sua correspondente decisão final, para o estabelecimento ou para a aquisição, direta ou indireta, de instituições financeiras na jurisdição anfitriã de um Estabelecimento Transfronteiriço por parte de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado ou por parte de qualquer de suas entidades vinculadas ou subordinadas, em conformidade com os termos da Legislação ou Regulação Vigente. Igualmente, serão notificadas as solicitações que implicam mudanças significativas¹ no controle acionário e/ou na participação.
13. No processo de autorização de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço no território da outra Autoridade, e mediante solicitação previa, o Supervisor de Origem informará ao Supervisor Anfitrião o coeficiente de solvência e o histórico de registros anteriores da entidade matriz, bem como detalhes de garantia de depósitos no país de origem. Além disso, o Supervisor de Origem deverá informar ao Supervisor Anfitrião sobre qualquer descumprimento da Legislação ou Regulação Vigente de sua própria competência, em relação à Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço que se encontre em processo de constituição, e sobre os acionistas ou outros veículos sobre os quais mantenham o controle, ou o beneficiário final da Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço. Mediante solicitação prévia, o Supervisor de

¹ Conforme o art. 88 do Estatuto Orgânico do Sistema Financeiro (EOSF), a SFC somente autoriza essas mudanças quando representam mais de 10% da participação acionária da Instituição Supervisionada, entre outras regras ali contidas. No caso do Brasil, quando representam 15% ou mais da participação acionária total.

Origem também prestará assistência ao Supervisor Anfitrião, por meio da verificação ou suplementação da informação fornecida pela entidade solicitante.

14. As autoridades poderão compartilhar informação sobre seus sistemas regulatórios, o escopo e a consecução da supervisão baseada em riscos e o escopo da supervisão abrangente e consolidada, conforme o caso, em relação à Instituição/Conglomerado Supervisionados e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços, de acordo com a Legislação ou Regulação Vigente.
15. O Supervisor de Origem, a pedido do Supervisor Anfitrião, poderá fornecer qualquer informação disponível em seus sistemas que possa ser útil para avaliar a idoneidade e probidade dos candidatos a administradores de um Estabelecimento Transfronteiriço, em conformidade com a Legislação ou Regulação Vigente. Da mesma forma, poderá fornecer informação disponível em seus sistemas, inclusive sobre a idoneidade econômica e moral dos acionistas, controladores e/ou beneficiários finais.

Cooperação em matéria de controle acionário

16. O Supervisor Anfitrião consultará o Supervisor de Origem antes de conceder autorização a um Estabelecimento Transfronteiriço ou para avaliar qualquer aquisição de participação significativa, ou assunção de controle por parte de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado, de acordo com a Legislação ou Regulação Vigente. Recebida a consulta, o Supervisor de Origem poderá pronunciar-se em relação à informação solicitada pelo Supervisor Anfitrião. O pronunciamento do Supervisor de Origem não terá caráter vinculante para o Supervisor Anfitrião.

Cooperação com outras autoridades de supervisão

17. As Autoridades concordam em atuar como intermediárias, sempre que necessário, no intercâmbio de informações entre a Autoridade solicitante e outras autoridades supervisoras nas suas respectivas jurisdições, nos termos permitidos pela Legislação ou Regulação Vigente.

Supervisão contínua, medidas corretivas

18. As Autoridades se dispõem a informar-se imediatamente, sempre que possível e na medida permitida pela Legislação ou Regulação Vigente, a respeito de qualquer evento que possa pôr em perigo a estabilidade da Instituição/Conglomerado Supervisionado que possua Estabelecimentos Transfronteiriços na jurisdição do outro país. Também, se notificarão mutuamente sobre as sanções administrativas que impuseram ou sobre quaisquer outras medidas que tenham adotado em relação ao Estabelecimento Transfronteiriço, como Supervisor Anfitrião ou à Instituição/Conglomerado Supervisionado, como Supervisor de Origem.
19. As Autoridades discutirão quaisquer informação significativa relativa à Instituição/Conglomerado Supervisionado que tenha Estabelecimentos Transfronteiriços na outra jurisdição, cujo conhecimento possa ser relevante para a outra Autoridade. Constituem temas relevantes, em particular, os seguintes:
- a) Preocupações sobre o desempenho e a solidez financeira de uma instituição (descumprimento da adequação de capital ou outros requisitos financeiros, perdas significativas, rápido declínio dos lucros ou deterioração da rentabilidade).
 - b) Preocupações relacionadas ao sistema de controles internos e de governança corporativa.

- c) Preocupações derivadas de Inspeções *in situ*, entrevistas ou relatórios prudenciais e as comunicações com outro órgão regulador ou de supervisão.
 - d) Opinião das Autoridades sobre a adequação dos planos de continuidade de negócios definidos pela Instituição/Conglomerado Supervisionado ou pelo Estabelecimento Transfronteiriço, conforme corresponda, incluída a análise de cenários relacionados com interrupções causadas por incidentes cibernéticos.
 - e) Informação sobre segurança cibernética e resiliência da Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço, bem como sobre a avaliação dos controles desenvolvidos pela Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço para gerenciá-los.
 - f) Em relação aos desenvolvimentos regulatórios relacionados com a proteção de dados, as Autoridades poderão formular requerimentos de informação para conhecer ou atualizar seu conhecimento nesta matéria frente à respectiva jurisdição.
20. As Autoridades podem demandar esclarecimentos mútuos a qualquer momento, bem como a realização de conferências ou reuniões, virtuais ou presenciais conforme o caso, que se considerem necessárias.
21. Para qualquer Instituição Supervisionada sediada na Colômbia e no Brasil, licenciada em um terceiro país e que solicite uma licença à outra Autoridade, na medida do possível, as Autoridades discutirão todas as informações relevantes à sua disposição que possam ser relevantes para a outra Autoridade.

Situações de crise

22. As Autoridades se informarão mutuamente e sem demora, caso tomem conhecimento de uma crise incipiente em relação a qualquer Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço no outro país.
23. As Autoridades procurarão cooperar para definir conjuntamente protocolos ou medidas de atuação ante situações de crise/emergência que possam impactar a uma Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço, incluindo as derivadas de perturbações relacionadas com os mercados monetários e financeiros ou com suas infraestruturas, incidentes cibernéticos ou interrupções dos serviços financeiros pertinentes (prestados diretamente pela entidade ou subcontratados) com impacto no setor financeiro.
24. As Autoridades estabelecerão o mecanismo de cooperação que se dará ante eventos que surjam no interior da Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço que possam derivar em um efeito de contágio que ponha em risco sua estabilidade, solidez e/ou reputação, ou de alguma das entidades que o integram.
25. As Autoridades acordarão sobre a maneira como se comunicará a outras autoridades supervisoras de entidades que resultem envolvidas em eventos de crises e a informação que se lhes será fornecida.

Inspeções *in situ*

26. As Autoridades reconhecem que a cooperação é particularmente útil para a assistência mútua na realização de Inspeções *in situ* em uma Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços.

27. As Autoridades devem notificar-se mutuamente, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, sobre qualquer inspeção que desejem realizar na outra jurisdição, especificando os nomes dos inspetores, objetivo e escopo da inspeção, duração prevista e a informação requerida. Os objetivos e o escopo dessas inspeções, bem como sua forma de realização, mediante aceitação previa por escrito do Supervisor Anfitrião, poderão ser discutidos pelas Autoridades, sem prejuízo das atribuições do Supervisor de Origem para realizar inspeções na Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços. Observada a Legislação ou Regulação Vigente, as Autoridades poderão acompanhar-se mutuamente na realização de inspeções em uma Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço localizados na jurisdição da Autoridade e se manterão mutuamente informadas dos resultados dos exames realizados.
28. Os integrantes da equipe de inspeção do Supervisor de Origem deverão assinar um Compromisso de Confidencialidade, conforme o Anexo B do MoU, previamente ao início da visita de Inspeção *in situ*.
29. A SFC está autorizada a realizar Inspeções nos Estabelecimentos Transfronteiriços localizados no Brasil de Instituições Supervisadas na Colômbia. Por sua vez, o BCB está autorizado a realizar Inspeções nos Estabelecimentos Transfronteiriços localizados na Colômbia de Instituições Supervisadas no Brasil. O mesmo se aplica quando se tratar de uma entidade que faça parte de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado.
30. Se a instituição matriz houver sido auditada juntamente com o seu Estabelecimento Transfronteiriço no outro país, o Supervisor de Origem fornecerá ao Supervisor Anfitrião, mediante solicitação previa, um relatório de síntese sobre os resultados relevantes acerca do Estabelecimento Transfronteiriço.

31. No caso de que qualquer informação relacionada a um cliente individual no passivo do balanço de uma Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço seja de particular relevância para a supervisão consolidada, o Supervisor de Origem poderá solicitar a assistência do Supervisor Anfitrião, que se esforçará em fornecer a informação, na medida do permitido pela Legislação ou Regulação Vigente.
32. As Autoridades se prestarão assistência mútua para realizar visitas às instituições sob sua supervisão, que forneçam serviços ou processamento de dados a uma Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços, sob a supervisão da Autoridade respectiva, em conformidade com a Legislação ou Regulação Vigente.

Cooperação no campo do intercâmbio de informações sobre segurança cibernética e resiliência

33. As Autoridades se dispõem a cooperar no campo do intercâmbio de informação sobre segurança cibernética e resiliência. Nesse sentido, sempre que a Legislação ou Regulação Vigente o permita, as Autoridades, por iniciativa própria ou a pedido da outra parte, poderão compartilhar informações sobre regulação, abordagens regulatórias, bem como práticas e tendências sobre o assunto, que possam ser relevantes às suas atividades de supervisão.
34. As Autoridades também reconhecem a relevância do desenvolvimento de práticas de resiliência operacional, incluindo o intercâmbio de informação sobre temas de governança e gestão da operação de TI, segurança da informação e segurança cibernética e continuidade de negócio, para manter o conhecimento de ameaças operacionais, a fim de proporcionar orientação sem demora às instituições financeiras para proteger os sistemas financeiros contra eventos ou incidentes operacionais que possam pôr em perigo sua estabilidade.

35. As Autoridades poderão realizar diálogos com a periodicidade que estimem conveniente, relacionados à gestão de segurança cibernética, com o propósito de promover melhores práticas e padrões sobre a matéria.
36. As Autoridades adotarão os mecanismos para coordenar a conscientização e a resposta a incidentes e informações sobre ameaças cibernéticas em cada uma das jurisdições, quando estas puderem afetar ou colocar em risco o sistema financeiro.

Cooperação em matéria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

37. As Autoridades estão de acordo em cooperar na área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo. Para esse efeito, as Autoridades, por iniciativa própria ou a pedido, e observada a Legislação ou Regulação Vigente, compartilharão informações que possam ser relevantes para as suas atividades de supervisão, e em relação a eventos nos quais exista a suspeita de que as Instituições/Conglomerados Supervisionados ou os Estabelecimentos Transfronteiriços estariam realizando atividades ilícitas ou que estejam relacionadas com atividades próprias de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.

Planos de resolução e de avaliação de resolubilidade

38. As Autoridades se dispõem a compartilhar a informação necessária para elaborar planos de resolução, quando sejam elaborados pela Autoridade, ou para analisá-los, caso elaborados pelas próprias Instituições/Conglomerados Supervisionados e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços, incluindo, mas não limitando-se a, informação de planos de recuperação, planos de contingência e outras atividades de supervisão.

39. As Autoridades também estão de acordo em compartilhar informação que seja necessária para o desenvolvimento de análises de resolubilidade ou compartilhar suas conclusões sobre as análises de resolubilidade realizadas em relação a uma Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço que opera tanto na Colômbia como no Brasil, bem como informar à outra Autoridade qualquer alteração significativa que requeira na estrutura do mencionado plano, como consequência de tais análises.
40. Sendo possível e conveniente, as Autoridades procurarão implementar medidas destinadas à coordenação de suas estratégias de resolução, mediante compartilhamento de informações, pelos meios disponíveis, inclusive, quando seja viável, por meio de reuniões de coordenação.

A Implementação das medidas de resolução

41. As Autoridades se comprometem, na medida do possível e conforme a Legislação ou Regulação Vigente, a informar-se mutuamente antes da aplicação de qualquer medida de resolução em uma Instituição Supervisada ou em um Estabelecimento Transfronteiriço, operando nas duas jurisdições. No caso de não ser possível informar à outra Autoridade antes da aplicação da medida, as Autoridades se comprometem a fazê-lo assim que possível depois da aplicação.
42. As Autoridades se esforçarão em cooperar para facilitar a implementação de medidas de resolução, sempre que possível, consideradas adequadas aos interesses nacionais e à estabilidade do sistema financeiro e que sejam expressamente autorizadas pela Legislação ou Regulação Vigente.

Confidencialidade das informações

43. A informação será compartilhada na medida do possível e seu intercâmbio estará sujeito ao cumprimento da Legislação ou Regulação Vigente, incluindo a que

restringa sua divulgação. Nesse sentido, a solicitação de informações será avaliada previamente, validando a pertinência de sua entrega.

44. Qualquer informação confidencial recebida da outra Autoridade, ou obtida no curso de uma Inspeção *in situ*, será utilizada unicamente para fins legais de supervisão e resolução. Cada Autoridade manterá a confidencialidade de toda informação não pública recebida por parte da outra Autoridade ao amparo do MoU.
45. No caso em que uma Autoridade esteja legalmente obrigada a divulgar a terceiros, incluindo uma terceira autoridade de supervisão, informação fornecida pela contraparte, ou obtida no curso de uma Inspeção *in situ*, ao abrigo do MoU, deverá prontamente notificar o emissor da informação, indicando que informação se vê obrigada a divulgar e em que circunstâncias. Se assim for exigido pela Autoridade emissora, a Autoridade receptora fará todo o possível para preservar a confidencialidade da informação na medida permitida pela lei. As Autoridades devem manter-se mutuamente informadas das circunstâncias em que estão legalmente obrigadas a divulgar a informação recebida.
46. Sem prejuízo do disposto na cláusula 45, antes de divulgar qualquer informação confidencial recebida da outra Autoridade, ou obtida no curso de uma Inspeção *in situ*, a Autoridade requerente deverá solicitar e obter o prévio consentimento da Autoridade provedora da informação, que pode impor condições para sua divulgação, incluindo a manutenção da confidencialidade por parte do receptor.

Intercâmbio de conhecimentos e assistência técnica

47. Na consecução do MoU, as Autoridades poderão fornecer assistência técnica recíproca, compartilhar informações sobre técnicas de supervisão e regulamentação no Brasil ou na Colômbia, promover a cooperação por meio de visitas com fins informativos às respectivas sedes, às Instituições Supervisionadas, a outras autoridades ou a terceiros.

48. Da mesma forma, as Autoridades poderão realizar o intercâmbio de pessoal para realizar atividades práticas ou estágios, para os quais devem notificar sua intenção com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência e indicar a finalidade e o escopo do estágio a ser realizado.

Coordenação permanente

49. As Autoridades adotarão mecanismos para o estabelecimento de uma comunicação permanente que lhes permita tratar aspectos relacionados à Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço.
50. Com o objetivo de melhorar a qualidade da cooperação e, quando considerado apropriado para fins de supervisão, os representantes das Autoridades podem se reunir para discutir questões relacionadas à Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimentos Transfronteiriços dentro de suas respectivas jurisdições, bem como revisar a eficácia do MoU. Os representantes das Autoridades poderão promover sua cooperação por meio de visitas ou reuniões com fins informativos.
51. As Autoridades se assessorarão mutuamente, quando solicitado, sobre qualquer aspecto relacionado aos seus sistemas de regulação e comunicarão qualquer alteração importante nas normas e regulamentos internos de sua jurisdição, em particular, sobre mudanças que têm incidência especial sobre as atividades da Instituição/Conglomerado Supervisionado e/ou Estabelecimento Transfronteiriço.

Solução de controvérsias

52. As Autoridades declaram celebrar o MoU com base no princípio da boa-fé, em virtude do qual, qualquer diferença na interpretação, aplicação das disposições



ou eventual descumprimento do mesmo, deverá ser resolvida pelas partes de comum acordo. Ambas as Autoridades se esforçarão para criar oportunidades apropriadas para chegarem a um acordo.

Custos de execução do MoU

53. Cada Autoridade cobrirá os seus próprios custos correspondentes às Inspeções *in situ*, bem como o custo de geração da informação solicitada, se aplicável. Os demais custos serão cobertos conforme acordado pelas Autoridades para cada caso particular.

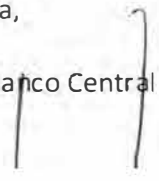

Vigência e modificações

54. O MoU entrará em vigor na data da última assinatura e substituirá em sua totalidade o acordo firmado em 2016, o qual deixará de surtir efeito a partir da entrada em vigor do presente instrumento.
55. O MoU seguirá existindo até que qualquer das Autoridades notifique à outra, por escrito e com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, sobre sua intenção de revisar, alterar seu conteúdo ou retirar-se do mesmo.
56. A cooperação e a assistência conforme o MoU se manterão por um prazo de trinta (30) dias, a contar da notificação por escrito de uma Autoridade à outra, manifestando sua intenção de descontinuar a cooperação e a assistência, rescindindo o MoU, sem que tal situação afete as solicitações de assistência previamente efetuadas, salvo se as Autoridades acordarem algo distinto ou existir algum impedimento para tal cumprimento.
57. No caso de rescisão do MoU, as informações obtidas em virtude do mesmo continuarão a ser tratadas confidencialmente.

58. As Autoridades poderão revisar o MoU em virtude da evolução da legislação nacional e da experiência adquirida pela supervisão das instituições respectivas.
59. As Autoridades podem publicar ou divulgar o MoU em sua totalidade, de acordo com a Legislação ou Regulação Vigente.
60. Este MoU é assinado em dois originais de mesmo teor, em espanhol e em português. Em caso de divergência na interpretação deste documento, prevalecerá o texto em espanhol.

Brasília,

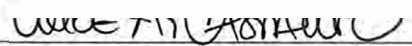
Pelo Banco Central do



Paulo Sérgio Neves de Souza
Diretor de Fiscalização

Data: 07-12-2020

Bogotá,

Pela Superintendencia Financiera de
Colombia


Jorge Castaño Gutiérrez
Superintendente Financiero

Data: 23.10.2020

ANEXO A
DADOS DE CONTATO

SUPERINTENDENCIA FINANCIERA DE COLOMBIA

Contato: Luz Ángela Barahona Polo
Superintendente Delegada Adjunta para Intermediários Financeiros e Seguros

Telefone: +57 (1) 5940200 Ext. 1271

Correio eletrônico: labarahona@superfinanciera.gov.co

Contato: Juan Carlos Alfaro
Superintendente Delegado Adjunto para Mercado de Capitais

Telefone: +57 (1) 5940200 Ext. 1301

Correio eletrônico: jcalfaro@superfinanciera.gov.co

BANCO CENTRAL DE BRASIL

Contato: Paulo Sérgio Neves de Souza
Diretor de Fiscalização

Telefone: +55 (61) 3414 2442

Correio eletrônico: secre.difis@bcb.gov.br

ANEXO B

COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

Quem subscreve, _____, por este instrumento me comprometo a manter a confidencialidade de toda informação que obtiver em razão da Inspeção *in situ* autorizada por _____, em relação ao Estabelecimento Transfronteiriço ou a entidade _____, que forma parte do Conglomerado Supervisado, constituído (a) em _____, autorizado(a) para realizar _____ para os efeitos da supervisão abrangente e consolidada de _____.

Ao subscrever o presente compromisso, entendo que qualquer descumprimento de seus termos ou divulgação não autorizada de informação confidencial constitui uma infração do Memorando de Entendimento entre a *Superintendencia Financiera de Colombia* e o Banco Central do Brasil sobre o intercâmbio de informação e a cooperação mútua para a supervisão abrangente, consolidada e transfronteiriça e as demais normas que contemplam a confidencialidade da informação em cada jurisdição.

Data: _____

Assinatura: _____



